

CPI - Orçamento Zenildo quer deputados punidos

O ministro do Exército, general Zenildo de Lucena (foto), não crê que a democracia brasileira esteja ameaçada ou corra algum risco por causa da CPI do Orçamento. "A democracia tem de ser exercitada e, com isso (a CPI), nós aperfeiçoaremos o regime", afirmou o ministro no Clube do Exército, durante cerimônia comemorativa do Dia da Bandeira.



Contrapondo-se, portanto, à tese de fechamento do Congresso, apregoada por outro militar — o deputado Jair Bolsonaro (PPR-RJ) —, ou à volta dos militares ao Poder — defendida pelo deputado João Alves (PPR-BA), o ministro do Exército foi mais longe na sua defesa da democracia: "Esperemos que nossos homens públicos, homens de bem, retirem do Congresso os desonestos e os incapazes — principalmente os

desonestos".

Para o ministro Zenildo, essa "limpeza" deveria ser feita não só no Congresso, "mas em todo o serviço público". Essa é a segunda vez que o ministro do Exército se pronuncia sobre a CPI do Orçamento. Questionado, ele repetiu que não avalia a hipótese de o "corporativismo" parlamentar prevalecer e de não haver qualquer punição a deputados corruptos: "Eu espero que haja punição. Nós esperamos que haja punição. Se houver culpado, haverá punição, pois creio nos homens de bem".

Outro motivo para o ministro do Exército não acreditar na impunidade dos principais acusados na CPI do Orçamento diz respeito à sua compreensão sobre "corporativismo": "Nosso corporativismo (militar) leva em conta eliminar da instituição aqueles que a maculam. Então, é esse o sentido que deve ser dado a esse espírito de corpo do Congresso Nacional". O ministro manifestou a esperança de que os parlamentares dêem realmente esse sentido ao corporativismo.

CONTRAPONDO Z

JORNAL DE

BRASIL